

Ofício Sec-Sitra nº 016/2021

Belo Horizonte, 10 de março de 2021.

Ao Ilustríssimo Senhor
Presidente da Câmara Municipal

Referência: Requer designação de Audiência Pública

Ilustríssimo Senhor Presidente,

Considerando o cenário nacional cuja PEC nº 032/2020 – Reforma Administrativa – que altera dispositivos sobre servidores e empregados públicos e modifica a organização da administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios e dá início a ampla reforma administrativa com efeitos no futuro, se encontra na iminência de ser aprovada, trazendo diversos prejuízos aos servidores públicos e ao serviço público de modo geral;

Considerando que não houve debate para formular tal proposta;

Considerando que, se aprovada, a Reforma Administrativa modifica o papel do Estado, promovendo maior sucateamento e descaso na prestação dos serviços públicos, na medida em que, juntamente com a PEC Emergencial nº 186, prevê o desvio de recursos públicos de áreas essencial – Saúde e Educação, por exemplo – cortes de salários dos servidores, dentre outros;

Considerando que as previsões contidas no texto favorecem o Mercado, com a inclusão da “Subsidiariedade” entre os princípios que devem reger a administração pública (Art. 37 da CF), passando o Estado a atuar de forma subsidiária, ou seja, “nas sobras”, onde o setor privado não tiver interesse em atuar, o que deverá trazer danos irreparáveis à prestação de serviços e aos servidores públicos;

O Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal no Estado de Minas Gerais – SITRAEMG –, o Fórum das Entidades do Serviço Público Federal – FOSEFE –, e demais Entidades representativas do Serviço Público Municipal, Estadual e Federal dos Servidores Públicos em Minas Gerais, com fundamento nos artigos 8º da Constituição da República, por meio de seus representantes legais, **solicita a V. Excelência designação de Audiência Pública,**

com máxima brevidade, podendo ser, inclusive, de forma virtual, para debater os termos da PEC, envolvendo toda a sociedade.

Ressaltamos que o momento exige empenho e mobilização de todos, sociedade, administradores e gestores públicos, pois, do contrário, os prejuízos e perdas na excelência da prestação de serviços públicos serão irreversíveis. Assim, rogamos, como representantes legais de milhares de servidores públicos espalhados em todo o Estado de Minas Gerais, sensibilidade ao tema e atenção à nossa solicitação.

Certo de sua colaboração,

Pede deferimento.

Atenciosamente,



Paulo José da Silva
Coordenador-Geral

Subscrevem:

